

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide**

The Brazilian Journalism and the mediations of the production of O segredo da pirâmide

FELIPE SIMÃO PONTES**

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Jornalismo. Ponta Grossa – PR, Brasil

RESUMO

O objetivo é contextualizar o livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, de Adelmo Genro Filho, diante das questões do jornalismo brasileiro nos anos 1980. Como dispositivo de análise, é realizada uma leitura de quatro textos da edição de 5 de agosto de 1984 do caderno “Folhetim”, da *Folha de S. Paulo* e dos primeiros sete parágrafos do livro. Entre os principais temas apresentados estão a necessidade de formação específica para o exercício da profissão, o papel e as insuficiências das escolas de comunicação para a formação de jornalistas, a divisão de valor e de poder no interior das redações e a falta de interlocução das teorias com a prática dos jornalistas.

Palavras-chave: *O segredo da pirâmide*, *Folha de S. Paulo*, jornalismo brasileiro, academia

ABSTRACT

The objective is to contextualize the book *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* [The secret of the pyramid: for a Marxist theory of journalism], by the Brazilian theoretician Adelmo Genro Filho, facing the questions of Brazilian journalism in the 1980s. As an analysis device, we performed a detailed reading of four texts edited in August 5, 1984, in the section “Folhetim”, of the newspaper *Folha de S. Paulo*, and of the first seven paragraphs of the book. Among the main themes presented are the need for specific training for the profession, the role and shortcomings of communication schools for the training of journalists, the division of value and power within newsrooms, and the lack of dialogue theories with practice of journalists.

Keywords: *O segredo da pirâmide*, *Folha de S. Paulo*, Brazilian journalism, academy

* Este texto é uma adaptação de parte da tese *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica* (Pontes, 2015).

** Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professor do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Jornalismo da mesma instituição. Diretor presidente da TV Comunitária de Ponta Grossa. Integra o Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), vinculado ao departamento de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e o Grupo de Pesquisa Jornalismo, Conhecimento e Profissionalização, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. E-mail: felipe271184@yahoo.com.br

RECONSTITUIR O CONTEXTO de produção de um livro como *O segredo da pirâmide* (Genro Filho, 1987a) exige alguns cuidados que pretendemos evidenciar. Ocorre com alguma recorrência na produção dos estudos em e sobre jornalismo análises de textos, documentos, livros, entrevistas que deslocam o sentido do texto. São leituras que transportam afirmações de autores de referência de um tempo para outro e de um espaço para outro sem o devido conhecimento das condições de produção e aplicação dos conceitos. Confundem, primeiramente, o que o autor expressa com aquilo que foi feito da obra pelos interlocutores. Costumam transladar afirmações realizadas em um contexto com as consequências desse contexto para outras realidades, outros contextos, dentro de outras chaves teóricas que descaracterizam o texto. Situação que demanda reconhecer quais os pores teleológicos do autor em certas afirmações. Por outro lado, qual a comunidade para quem ele falava, que efeitos ele esperava com o discurso e em que medida dialogava com o contexto linguístico, cultural, econômico e político de sua época.

Fazemos essa indicação porque o risco que incorremos na análise que realizamos neste texto está justamente em tornar *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* maior do que seus objetivos. Nesse caso há duas considerações metodológicas. É necessário rigor para verificar o que Genro Filho afirma em *O segredo da pirâmide* diante do contexto de sua época e com as mediações que dispunha. E para expor as questões presentes no jornalismo naquele momento, não necessariamente expressas no livro e que inserem algumas de suas proposições nas mediações que compõem a particularidade em tela. Esse texto expõe alguns elementos desse complexo de mediações percebendo chaves de leituras razoáveis para as proposições do livro e que nos ajudam a compreender parte do ambiente de sua produção. Trata-se aqui de delinear elementos do contexto nacional do jornalismo dos anos 1980 em diálogo com as proposições do livro. Consideramos a ação do sujeito como resultado de um pôr teleológico consciente mediante as causalidades da totalidade, mas que não detém as consequências de suas proposições na teia de tais causalidades (Lukács, 2012).

O segredo da pirâmide, publicado em 1987, defende que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular. Propõe ainda que o jornalismo tem a necessidade de uma teoria específica, que responda às necessidades da prática. O livro converte-se em uma espécie de manual teórico para um conjunto de pesquisadores brasileiros, em especial os vinculados ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Por outro lado, é pouco explorado nos cursos de Jornalismo e nas pós-graduações do eixo Rio-São Paulo, o que motiva, em parte, o diálogo aqui proposto.

Para apresentar as chaves metodológicas com que estudamos o livro, apresentamos um estudo de quatro textos da edição de 5 de agosto de 1984, do caderno “Folhetim”, da *Folha de S. Paulo*. Posteriormente, trazemos considerações sobre os sete primeiros parágrafos de *O segredo da pirâmide*, inferindo comparações e localizando algumas posições políticas do autor dispostas especificamente para os jornalistas e professores de jornalismo.

Na edição de 5 de agosto de 1984, o caderno “Folhetim” da *Folha de S. Paulo*¹ apresentou quatro artigos sobre a relação entre academia e jornalismo. O primeiro texto é um manifesto político do diretor de redação da *Folha*, Otávio Frias Filho², em defesa do *marketing* empreendido pela empresa, estabelecendo para isso uma concepção do jornalismo e da prática da notícia. Em seguida, Carlos Eduardo Lins da Silva, então recém-doutor em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e recém-contratado da *Folha*, faz uma reflexão sobre a prática e a teoria do jornalismo. O terceiro artigo trata do ódio visceral que alimentava Karl Kraus pela imprensa e pelos jornalistas, texto escrito pelo jornalista da *Folha* Matinas Suzuki Jr. Por fim, o então secretário de redação da *Folha*, Caio Túlio Costa, destaca o ódio inverso dos jornalistas pelos intelectuais, dedicando pormenores do que considerava problemático na formação dos jornalistas.

Os títulos-chamada do caderno diferem dos títulos dos textos. A capa do “Folhetim” revela algumas posições dos agentes e da política editorial da empresa. *As várias faces do marketing*, por Otávio Frias Filho; *A teoria na prática é outra* de Carlos Eduardo Lins da Silva; *O intelectual contra o jornalismo*, de Matinas Suzuki Jr; *O intelectual contra o jornalista*, de Caio Túlio Costa. Os quatro textos revelam aspectos mais amplos dos debates políticos e intelectuais presentes no jornalismo do país dos anos 1980. Temas como o papel do jornalismo e dos jornalistas com o iminente fim da ditadura militar; a posição dos jornalistas de esquerda e diante da esquerda, mais especificamente ao socialismo e comunismo; o papel dos intelectuais no jornalismo; a situação dos cursos de Comunicação Social/Jornalismo na preparação de futuros jornalistas; a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo; a ação sindical e a organização dos trabalhadores/ jornalistas. Os quatro títulos-chamada da capa do caderno, todavia, oferecem um quadro que faz mais sentido editorialmente do que, necessariamente, ao que está escrito nos textos.

Com o título *Vampiros de papel*, Frias Filho (1984: 3) defende que a proposta de um jornal está intimamente vinculada ao que ele define como “es-

1. A *Folha de S. Paulo* iniciou semanas antes desse “Folhetim” uma importante reforma editorial, técnica e política. Segunda grande reforma em menos de 10 anos (outra foi empreendida por Claudio Abramo de 1974 a 1977), o Projeto Folha de 1984 introduz o influente *Manual de Redação da Folha*, realiza alterações no formato do texto notícia e no processo de apuração e de checagem de informações, além de redistribuição de posições de hierarquia entre jornalistas. Descrito com detalhes por Carlos Eduardo Lins da Silva (1988) no livro *Mil Dias: os bastidores da revolução de um grande jornal*, essa reforma tem grande impacto em todo o jornalismo impresso nacional.

2. Otávio Frias Filho tinha assumido a direção de redação em maio de 1984.

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

estrutura ideológica da notícia (de qualquer notícia) e da solidariedade objetiva entre imprensa e público”. Essa estrutura da notícia, na visão de Frias Filho, é embasada na relação de contrastes estabelecida pelos estereótipos. Para o diretor, a máxima “*the girl and the gun*”, da prática do sensacionalismo, embasa estruturalmente as contraposições de todo o jornalismo, atendendo, em suma, àquilo que o(a) leitor(a) deseja.

Colocado em face do inédito, o jornalismo recorre à analogia para aprisioná-lo na ideia feita, para fixá-lo em clichês de linguagem que permitam seu rápido esgarçamento. Nada disso ocorre porque os jornais ou os jornalistas sejam assim, mas porque é assim a estrutura da notícia. Ainda que o jornalismo seja uma técnica ideológica, como toda técnica ele possui uma lógica interna que ultrapassa ideologias e se impõe a elas. (Ibid.: 4)

A primeira definição importante no trecho é a identificação do conceito de notícia a uma ideia pronta, o enquadramento no estereótipo. Sem a mesma complexidade conceitual de Walter Lippmann (2008) na explicação da formação das “imagens em nossas cabeças”, Frias Filho evidencia características similares ao jornalista estadunidense e muito difundidas neste país devido às práticas jornalísticas patrocinadas por grandes proprietários de jornais como Willian Randolph Hearst e Joseph Pulitzer (Park, 2008: 46-50). Frias Filho também define a notícia como uma técnica ideológica que, como técnica, possui uma lógica interna que ultrapassa as ideologias e se impõe a elas. O jornalismo, nessa concepção, não é somente ideologia, ele supera a ideologia em direção à técnica.

A constatação de Frias Filho também é similar (não obstante sua simplificação e seu posicionamento ideológico) às considerações críticas de Roland Barthes (2007) em *A estrutura dos fait divers* ou mesmo aos capítulos que Edgar Morin (1997) dedica ao descrever e criticar a cultura de massas. Textualmente, utiliza argumentos de Karl Kraus. Evidentemente, com os sinais trocados. Como expressa o texto de Suzuki Jr.³ (1984: 6) com as palavras de Walter Benjamin, Kraus localiza no jornalismo as características do alto capitalismo desenvolvido. O jornalismo e sua estrutura são resultados do aviltamento de qualquer possibilidade de esclarecimento. Situação que redundando na caracterização de Frias Filho do público imerso no sonambulismo proposto pelo jornalismo e jornalistas, os *vampiros de papel*. “O vampiro: só ilude quem manifesta o desejo de ser iludido”. O diretor de redação afirma que não se trata de ideologia. Trata-se de marketing, da resposta ao desejo do público. “Encontre uma necessidade e atenda-a”⁴ (Frias Filho, 1984: 3). Qualitativamente

3. No momento em que o texto foi publicado, Matinas Suzuki Júnior era diretor da sucursal do Rio de Janeiro da *Folha*.

4. No original, “Find a need and fill it”. Adágio comercial estadunidense expresso por Frias Filho.

essa afirmativa ganha nova roupagem com a assertiva de Kraus (apud Suzuki, 1984: 6): “A missão da imprensa é a de difundir o espírito e, ao mesmo tempo, de destruir toda capacidade de assimilação”. Essa perspectiva de Karl Kraus e o cinismo de Frias municiam explicações teóricas sobre o jornalismo, caso, principalmente, das propostas inspiradas nos teóricos da Escola de Frankfurt.

As acusações de que a *Folha* e a notícia são mercadorias e se reduzem à ideologia do capital são recorrentemente empreendidas por intelectuais brasileiros. Nas Ciências Sociais e nos cursos de Comunicação do país há críticas acentuadas sobre o papel exercido pelas empresas de comunicação na estrutura política e econômica do Brasil, marcadas pelo autoritarismo e pela desigualdade. O desenvolvimento da indústria da comunicação do país se acelera na década de 1940 com o rádio, na década seguinte com a televisão e recebe o incremento com a política de telecomunicações patrocinada pelos proprietários dos *media*, regulamentada pela Lei nº 4.117/1962 e implementada por diferentes leis e decretos realizados pela ditadura civil-militar que governou o país de 1964 a 1984.

A *Folha de S. Paulo*, atualmente o jornal impresso comercial de maior circulação no Brasil, tem no período de transição do final da ditadura (especialmente o ano de 1984) até a primeira eleição direta para presidente da República (1989) o momento ímpar de sua história comercial e jornalística (de 1982 a 1989). O grupo de Frias – que compra o jornal em 1962 – não tinha uma posição ideológica muito clara. Marcondes Filho (2009: 258) explica que a *Folha*, como jornal lido pela classe média, oscilou entre posições de esquerda e direita. Apoiou o golpe unida ao *Estado de S. Paulo*, ao *Jornal do Brasil* e à *Tribuna da Imprensa*. No período de censura, o jornal não fazia nada para protestar (diferente de seus concorrentes como *Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Veja*). Porém, com a abertura política, o jornal passou a contratar jornalistas advindos da imprensa alternativa e a dar expressão a uma classe média até então *asfixiada politicamente*. A ação decisiva foi a tomada de posição, cautelosa, mas constante, em defesa das *Diretas* (Marcondes Filho, 2009; Dines, 1986).

Essa situação, na visão de Marcondes Filho, significou muito mais uma estratégia de *marketing* do que necessariamente um posicionamento político de intervenção na mudança estrutural das forças políticas do país. A *Folha* amalgamava correntes liberais e de esquerda com a proposta editorial de defesa das *Diretas*, mas o sucesso da *Folha* não se devia apenas a isso. O grupo iniciou, em 1984, o que é considerado um dos principais projetos de reformulação do jornalismo nacional, o *Projeto Folha*. A defesa veemente da objetividade, a profissionalização de sua redação, a implantação de rotinas produtivas centradas na notícia, o incremento de suas sucursais e redes de corresponden-

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

5. Para ilustrar as relações estabelecidas pela *Folha* entre sua postura política e as reformas que empreendeu, ver o texto *Precisamos atacar os problemas* (Precisamos..., 1984).

6. Caio Túlio Costa tornou-se conhecido, ainda nos anos 1980, por ser nomeado pela *Folha* como ombudsman (defensor do leitor), primeira experiência do gênero na América Latina. Experiência que o autor relatou no livro *O relógio de Pascal* (Costa, 1991). Em alguns textos publicados na *Folha* de 1984 a 1987, o então secretário de redação realizou entrevistas e escreveu artigos para criticar a obrigatoriedade do diploma em jornalismo, o que considerava um alijamento à liberdade de imprensa e uma política de reserva de mercado empreendida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e sindicatos a ela vinculados.

tes e a uniformidade da produção enrijecida por seu manual geral de redação transformaram o jornal em vanguarda na produção do país⁵. Para os críticos, tratou-se da exacerbação do modelo estadunidense de se fazer jornalismo, com a proletarização do trabalho dos jornalistas, valorização das notícias-pílula, redução do investimento em reportagens de fôlego e redução do espaço de criatividade via texto (Moretzsohn, 2001; Gentilli, 2003). Para os agentes privilegiados daquele modelo, entre eles Carlos Eduardo Lins da Silva e Caio Túlio Costa, era o modelo estadunidense naquilo que possuía de bom e de vício, principalmente a virtude política da busca contínua pela objetividade e imparcialidade por via de notícias que reproduzissem tecnicamente esse ensejo político-editorial. Trata-se de um projeto de sucesso comercial e que se consolidou editorialmente por via de seu manual, com o rigor e a rigidez que normatizou, controlou e limitou a capacidade de texto de grande parte da redação, principalmente os jornalistas que estavam na base da hierarquia.

Esse quadro do jornal da família Frias aproxima a leitura das paradoxais posições de Frias Filho e de intelectuais que defendem teses similares a de Karl Kraus (entre eles o próprio professor da USP, Ciro Marcondes Filho). A notícia é *marketing*, produto à venda, estereótipo empacotado para consumo e consumido por ávidos leitores. É o capital da notícia em seu cinismo. Marcondes Filho (1986) vê na própria conceituação de notícia uma técnica de *marketing*, nas manchetes o amálgama da mercadoria. Na pretensa objetividade travestida de manchetes e sensacionalismo, o apelo para o consumo e a morte da política. Um jornal com a ideologia do mercado. Portanto, neutro para Frias, estúpido para Kraus, irracional para Marcondes Filho. O dono do jornal e os intelectuais.

Voltemos ao “Folhetim” de 1984. Em *A ingênua disputa*, Caio Túlio Costa⁶ identifica o aumento do ódio dos jornalistas aos intelectuais. A gênese disso, segundo ele, está na universidade e no que ele chama de “sindicalismo ingênuo”. Nesse momento aparecem outros agentes: os jornalistas, os professores de jornalismo e os sindicalistas/ jornalistas. Esse ódio, para Costa, acontece porque os intelectuais permanecem imersos nas universidades e não possuem a capacidade de sintetizar em um curto espaço e tempo suas ideias, relegando o jornalismo a um aviltamento do pensar. O problema dos jornalistas diante dos intelectuais esconde um problema “mais profundo”, na visão do secretário da *Folha*: a restrição do trabalho do jornalista a formados em Comunicação Social. Para ele, é preciso questionar se a formação específica é de fato necessária e se esses cursos atingem o objetivo de formar jornalistas com qualidade. Para Costa, os sindicatos dos jornalistas estariam mais preocupados com a reserva de mercado do que com a qualidade do que era produzido nas re-

dações e ensinados nos cursos. Conforme o Decreto-Lei nº 972 de 1969, que regulamentava a profissão naquele momento e que servia de parâmetro para as ações da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)⁷, os *scholars* podiam participar de um jornal apenas sob a mediação do texto jornalístico (reportagem, entrevista etc.). “Quem não for formado em Medicina, argumenta-se, está proibido por lei à profissão de médico. [...] Mas é o jornalismo uma ciência ou uma técnica?”. Costa continua sua exposição, passando a oferecer um quadro acurado para sua crítica:

Essa é a questão: a formação atual do jornalista é precária. Na faculdade, o aluno é introduzido em tudo: filosofia, sociologia, história, português, comunicação rural, semiótica, estatística... Nada é aprofundado. Depois vêm as disciplinas especializantes. Ano a ano as universidades despejam mais de três mil técnicos em generalidades. Oitenta por cento dos recém-formados sequer sabe escrever. Ai dos que não se cuidam. Na batalha diária com a notícia são surrados pelos fatos. Pouco podem meditar sobre o material produzido. Vem daí a conversa, comum entre acadêmicos, de que jornalistas só funcionam com a munheca para frente. Escreve rápido e é só. Não pensa. (Costa, 1984: 8)

O problema, para Costa, estaria na formação dos profissionais, sem qualquer menção dele às condições de trabalho proporcionadas pelas empresas. Ele fecha o texto defendendo que a melhora do jornalismo brasileiro passa pelo “reexame da maneira como a universidade vê a formação do jornalista” e pela “necessidade premente que a categoria tem de lutar por uma sólida formação” (Ibid.: 8). É necessário contextualizar e dar prosseguimento ao papel de algumas das ideias presentes nesse texto na política editorial da *Folha*. Antes de 1984, Paulo Francis, em artigo publicado na *Ilustrada*⁸ de 6 de outubro de 1983, exaltava em sua coluna a posição de Frias Filho contrária à obrigatoriedade do diploma. No entanto, aproximadamente dois anos depois dessa matéria do “Folhetim”, o jornal iniciou uma campanha mais acentuada pelo fim do diploma. Em 12 de fevereiro de 1986, uma matéria de Márcio Chaer divulga a posição de Mauro Santayanna – integrante da comissão para elaboração do anteprojeto constitucional (para a Constituição que foi promulgada em 1988) – de que a comissão discutia o fim da exigência de diplomas para o exercício de atividades intelectuais (o que incluía o jornalismo). No dia seguinte a este texto, a *Folha* publicou *Fim de diploma obrigatório é bem recebido*. Em 20 de fevereiro de 1986, Caio Túlio Costa realizou uma reportagem de uma página e com destaque na capa da edição, *Jornalistas reveem a lei do diploma*. Nessa reportagem, empresários e jornalistas manifestaram-se contrários à obri-

7. A FENAJ foi criada em 1946 e passou a ganhar mais força e representatividade a partir de meados de 1970, engajando-se em projetos pela democratização da comunicação, em defesa da profissionalização dos jornalistas (o que inclui a defesa da obrigatoriedade da formação em Jornalismo) e pela liberdade de expressão (Sá, 1999).

8. Caderno cultural do jornal *Folha de S. Paulo*.

gatoriedade (entre estes: Fernando Mitre, Paulo Markum, Cláudio Abramo e Paulo Francis). Eram a favor da manutenção da obrigatoriedade do diploma Barbosa Lima Sobrinho, José Marques de Melo (naquele momento professor da ECA-USP) e a FENAJ (o seu presidente, Audálio Dantas, foi mencionado na reportagem, mas não entrevistado). Costa inclusive destaca a posição ambígua dos diretores dos sindicatos dos jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro. Na mesma página dessa edição de 1986, Carlos Eduardo Lins da Silva assina um artigo breve em que defende mudanças na Lei, mas não diz literalmente ser contra (ou a favor) da obrigatoriedade do diploma. Ao texto de Costa sucederam vários outros ao longo do ano de 1986, todos com ênfase na necessidade de queda da obrigatoriedade do diploma.

Outro fato merece destaque antes de prosseguirmos a análise do referido “Folhetim” de 1984. Em 1979, os jornalistas paulistas pararam por seis dias em uma greve histórica do jornalismo. Como indicam a pesquisa de Roxo da Silva (2004; 2007) e as avaliações de jornalistas como Abramo (1997) e Dines (2003), a greve trouxe muitas consequências negativas para os jornalistas. Declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e sem acordo com os patrões, os jornalistas grevistas foram sumariamente demitidos dos principais jornais, estabelecendo-se várias demissões de jornalistas vinculados ao *novo sindicalismo*. Como explica Roxo, embebidos pelo novo sindicalismo que se desenvolvia no ABC paulista, muitos jornalistas buscaram inspiração na luta dos metalúrgicos para enfrentar os patrões. Após a greve, os jornais paulistas, em especial a *Folha*, realizaram campanhas contra a obrigatoriedade do diploma, identificando nos jornalistas formados aqueles que tendiam para a *esquerda* nas redações (Roxo da Silva, 2007).

Além da campanha contra a obrigatoriedade do diploma, a *Folha*, e em especial Frias Filho, liderou o processo de *juvenilização* das redações. Como assevera Albuquerque (2010), a demissão de jornalistas de esquerda e militantes do interior dos jornais perpetrada no início da ditadura tem na juvenilização das redações e na reforma realizada pelos jornais do início dos anos 1980 seu prosseguimento e exacerbação. Jovens diretores, como Frias Filho, ganharam maior poder editorial e controle ideológico de redações mais jovens, com uma racionalidade mais técnica do que política no modo de encarar o jornalismo (Ribeiro, 1994: 67). Os enfrentamentos no interior da *Folha de S. Paulo* para a aceitação por parte dos jornalistas das imposições do *Projeto Folha* e da direção de Frias Filho ocasionaram, entre maio de 1984 e fevereiro de 1987, a demissão de 474 jornalistas numa redação de 360 profissionais – em média uma demissão a cada 2,1 dias (Lins da Silva, 1988: 157; Ribeiro, 1994: 65). A alegação da empresa foi que os jornalistas não se adequavam ao projeto proposto e

que era necessária a retirada de jornalistas de formação e postura mais política (principalmente os petistas ligados ao *novo sindicalismo*) (Frias Filho, 2003).

Portanto, é no início do *Projeto Folha* que o “Folhetim” foi escrito. Retornando à análise do “Folhetim” de 1984, ainda falta um texto para completar a exposição. Editorialmente, o texto de Carlos Eduardo Lins da Silva não é o último. Está literalmente, como exposto no título, *No meio do caminho*, na página 5, depois do texto de Frias Filho e antes dos de Suzuki Jr e Costa. No entanto, está aqui por último porque amalgama um conjunto de questões pertinentes para o nosso intento. A começar pela trajetória do próprio autor. Há diferenças substantivas de posicionamento político de Lins da Silva diante do jornalismo em textos como *Ideologia e poder no ensino de comunicação* (organizado com José Marques de Melo e Anamaria Fadul em 1979), *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores* (sua tese de doutoramento em 1983, publicada em livro em 1985), neste “Folhetim” de 1984, em sua tese de livre de docência pela ECA-USP também publicada em livro em 1988, *Mil Dias: os bastidores de uma revolução de um grande jornal* e em *Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro* (de 1990). Essa situação se explica também pelo deslocamento da carreira eminentemente acadêmica (doutorado na ECA-USP) para a carreira jornalística na *Folha de S. Paulo* (a partir de 1984). Carlos Eduardo Lins da Silva foi um dos responsáveis pelo *Projeto Folha*, que teve início em 1984, consolidando-se nos anos subsequentes. Quanto mais tempo dentro da empresa, mais Lins da Silva tendia para as posições políticas do grupo de Frias. No entanto, é importante ressaltar que o autor não vai para a *Folha* para assumir *status* de intelectual como Tarso de Castro, Claudio Abramo ou Paulo Francis. Ao contrário, vai contribuir para implantar um dos sistemas mais rígidos e formais da produção industrial da notícia do país: limite de toques, lead clássico, busca constante pela objetividade, manual de redação. Um acadêmico para organizar o jornal e reposicionar os intelectuais – movimento já realizado em outros momentos históricos por Pompeu de Souza e Danton Jobim.

O texto *No meio do caminho* manifesta a posição singular que esse sujeito ocupava naquelas mediações. Lins da Silva inicia o texto explicando que no dia 1º de março daquele ano defendeu sua tese. Duas semanas depois, era repórter da *Folha*. Menos de cinco meses depois, já escreveu esse texto. Sob essa nova condição, Lins da Silva diz ter a “oportunidade de observar o velho dilema entre teoria e prática de uma nova perspectiva” (1984: 5). A subida meteórica do recém-doutor nos cargos de confiança da *Folha* foi relatada pelo próprio Lins da Silva (2005) no prefácio da nova edição de *Mil Dias*.

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

Lins da Silva começou como repórter geral das Agências Folha. Em quatro meses, passou a ser editor de cidades e depois secretário de redação com Caio Túlio Costa.

Após explicar o lugar que ocupa no discurso, Lins da Silva passa a descrever as escolas de jornalismo. Ele localiza nesse espaço duas categorias de professores: “os advogados da primazia da prática e os defensores da hegemonia da teoria” (1984: 5). Disse sempre estar entre os primeiros, que costumam chegar à docência após o exercício da profissão. Ele indica que há uma polaridade entre esses profissionais. Os *teoricistas* desprezam os *praticistas* por enxergarem neles meros artesãos das palavras, para quem qualquer contribuição teórica atrapalharia o “costume da redação”. E é “com ar de deboche que os profissionais do jornalismo referem-se a seus colegas de cátedra que nunca estiveram diante do drama do fechamento de uma edição” (loc. cit.).

Ao instaurar esse problema, Lins da Silva volta a tratar de sua situação, indicando as dificuldades e vantagens de passar sete anos na academia e depois retornar para uma redação. “Mas pelo menos aprende-se uma lição importante: teoria e prática são diferentes, mas não são opostas. Só quando as relações entre as duas são fundadas em falsas premissas é que parece haver polarização entre elas” (loc. cit.).

Com base nessa afirmação, o jornalista expressa essas falsas premissas. “A prática esvaziada de componentes teóricos dá lugar a uma rede de preconceitos, verdades estereotipadas e superstições que fazem as vezes de teoria e impedem mudanças na própria prática”. Ele afirma que “jornalistas da velha guarda (não na idade, mas na postura profissional)” são conservadores por manterem essa “atitude anti-intelectual” (loc. cit.). Por sua vez, a teoria não dá contribuições ao jornalismo, argumenta Lins da Silva, pois se enclausura em seu discurso revolucionário e em “elucubrações idealistas”, mantendo as coisas como estão. “O que falta perceber é que a prática é o fundamento e a finalidade da teoria. No jornalismo ou em qualquer ramo da atividade humana. É ela quem determina o progresso do conhecimento, coloca exigências a serem superadas pelo desenvolvimento da teoria” (loc. cit.).

A definição da prioridade da prática tem prosseguimento, explicando que o conhecimento científico somente avança em consequência da “prática que os homens estabelecem com o mundo e com suas criações” (loc. cit.). Para o autor, não é por acaso que o conhecimento sobre o jornalismo e a exigência de atividade da academia somente tenham início após a complexificação das atividades econômicas de comunicação do país que decorrem do desenvolvimento da imprensa, do rádio e da TV.

Situação que não significa, na visão do jornalista, que a teoria esteja sempre “à reboque” da prática. Ela deve “adiantar-se à prática e influir no seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que responde suas exigências. *A antecipação ideal do que queremos que exista só se efetiva através da teoria, exatamente porque não existe ainda.* A prática sem teoria, sem abstração, redundaria numa mera repetição de técnicas repassadas” (loc. cit., grifo nosso). Sublinhamos o desafio lançado aos teóricos do jornalismo no texto, uma vez que o projeto da prática profissional, e por consequência, dos produtos de sua prática, passam necessariamente pelo exercício da teoria.

Assim, os verdadeiros teóricos do jornalismo devem não só atender aos reclamos que a prática demanda. Devem não só procurar resolver os problemas que atrapalham o processo real. Devem, também, formular modelos alternativos e novas técnicas e concepções que ainda não existem para aperfeiçoar o que está aí.

A prática sempre tem uma racionalidade própria. Mas ela não se revela por si própria. É preciso compreendê-la através de elementos teóricos para se poder desvendá-la. E, depois que essa racionalidade transparece, é possível imaginar as novidades que vão transformá-la e tentar concretizá-las. (loc. cit.)

É importante registrarmos muito bem essa concepção da tarefa dos teóricos e da teoria. Lins da Silva continua seu texto descrevendo a necessidade de unidade entre teoria e prática no exercício da própria prática. Na sua visão, assim como os cientistas de ciências exatas precisam de laboratórios, as escolas de jornalismo também necessitam desses espaços. Sem a possibilidade de dispor desses espaços, as escolas continuam entregues às disputas das duas correntes de professores expostas no início do texto, que no final, brigam para “obter o mesmo efeito: a imobilidade tanto da teoria quanto da prática do jornalismo” (loc. cit.). Ele fecha o texto defendendo que o “divórcio de teoria e prática deixe de existir nas escolas. [...] Jornais-laboratórios realistas, diálogos constantes entre empresas e universidades, troca de experiências entre profissionais e professores” (loc. cit.).

O texto de Carlos Eduardo Lins da Silva não simboliza apenas a idiosincrasia do acadêmico-jornalista. O artigo indica a divisão de forças no interior das escolas de jornalismo, os valores atribuídos pelos professores a seus colegas, aos jornalistas, aos produtos jornalísticos e ao próprio exercício do intelectual jornalista. Do mesmo modo, o texto lança o desafio aos teóricos do jornalismo para uma teoria por se fazer. Não bastaria criticar a prática, distanciar-se dela ou acusar o lado oposto de tecnicismo. Caberia à teoria uma

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

atribuição complexa que somente aqueles que estão realmente preocupados com o jornalismo podem compreender e investir-se da tarefa.

Os quatro textos são ilustrativos de inúmeras mediações que devem ser expostas. O dono de jornal, o intelectual, o jornalista, o sindicalista e o acadêmico-jornalista são personagens reais dessa trama. Como uma tela de pintura, o conteúdo expresso não serve apenas para representar o que está ali. Traz no seu teor mediações mais complexas que dialogam e ressignificam enclaves políticos, econômicos, culturais e históricos do Brasil, e, particularmente, do jornalismo brasileiro.

O prefácio do livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (Genro Filho, 1987a: 13-15) resulta de uma adaptação do resumo da dissertação (Id., 1987b). Os seis primeiros parágrafos do livro foram escritos exclusivamente para a publicação. Do sétimo parágrafo até o fim, o prefácio do livro é uma cópia do resumo da dissertação. Há uma pequena alteração na abertura do sétimo parágrafo do livro e do primeiro da dissertação⁹. Portanto, o livro traz um início diferente da dissertação, o que merece a atenção devido aos receptores de cada publicação: os cientistas sociais, da dissertação, e os jornalistas de modo geral, do livro.

O livro começa indicando que “Existe uma grande defasagem entre a atividade jornalística e as teorizações que se fazem em torno dela” (Ibid.: 13). A primeira frase do texto adverte sobre o problema em que se insere o livro e o qual será objeto no decorrer do texto, ou seja, de que as teorizações sobre jornalismo não respondem ao desafio de transpor a distância que existe entre a teoria e a prática, entre o que se faz na academia e o que acontece na prática jornalística. Todo o trecho presente neste prefácio e ausente no resumo esmiúça essa constatação. “Esse distanciamento se dá em tal grau que, inclusive, tem gerado falsas e absurdas polêmicas opondo teóricos e práticos” (loc. cit.). Aqui está outra dicotomia, que, de alguma forma dota de sujeito os conceitos de teoria (os teóricos) e da prática (os práticos) (loc. cit.).

Na sequência, é enunciado o primeiro evento sobre o jornalismo que materializa a discussão: uma campanha movida contra a obrigatoriedade do diploma acadêmico para o exercício do jornalismo. A campanha movida contra o diploma está enquadrada pelo autor na concepção de “falsas e absurdas polêmicas”, denotando que essa posição é partilhada por “pragmáticos”, sendo possível notar “até que ponto [...] chegam em seu desprezo pela teoria” (loc. cit.). Os pragmáticos, na visão de Genro Filho, “consideram que a simplicidade das técnicas jornalísticas dispensa uma abordagem teórica específica e uma

9. No sétimo parágrafo do livro, “Trata-se a rigor, de um ensaio que pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo” (Genro Filho, 1987a: 14); no resumo, “Este trabalho pretende fornecer elementos para uma teoria do jornalismo” (Id., 1987b: 9).

formação especializada” (loc. cit.). Pela construção do trecho, a posição de Genro Filho é diametralmente contrária a dos que ele chama de “pragmáticos”. Evidenciamos que a campanha mencionada por Genro Filho é a perpetrada pela imprensa brasileira (mais especificamente a paulista e com maior vigor pela *Folha de S. Paulo*) a partir dos anos de 1985-6, com debates na academia e nas páginas dos jornais sobre a desregulamentação das ocupações intelectuais. Ressalvamos que a defesa pela não obrigatoriedade da formação superior específica em Comunicação Social/Jornalismo para o exercício do jornalismo também parte de muitos teóricos.

Outra peculiaridade a considerar, ele não define aqui textualmente a formação especializada “em Jornalismo”. No entanto, fica patente a defesa da formação especializada para jornalistas, o que na época significava o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. A campanha lançada pela não obrigatoriedade do diploma era contra o Decreto-Lei nº. 972/1969 que exigia, no Art. 4º, inciso V, a formação superior em Comunicação Social para o exercício da atividade (Brasil, 1969). Mas, de fato, para Genro Filho, poderia significar que outro modo de formação especializada? A frase diz “contra a obrigatoriedade do diploma acadêmico para o exercício do jornalismo” (Genro Filho, 1987a: 13). Ou seja, ainda que a defesa do autor pudesse não ser em Jornalismo (o que parece pouco provável) ou em Comunicação Social, precisava ser acadêmica, universitária. A formação especializada permanece sem qualquer denominação, mas, logo a seguir, a teoria específica recebe o nome de teoria do jornalismo. Em outro aspecto, a formação acadêmica está diretamente vinculada à atividade teórica, visto que, na oposição entre teóricos e pragmáticos, os segundos dispensam a formação acadêmica. Essa é uma questão que se conecta com muitos acontecimentos durante a produção da dissertação e, principalmente, depois dela, visto que em documentos da área, a teoria do jornalismo proposta por Genro Filho agrega-se à defesa de formação específica em Comunicação Social/Jornalismo (FENAJ, 1997).

Depois de criticar os “pragmáticos”, Genro Filho (1987a: 13) volta-se para os “teóricos”. Esses “não têm feito muito no sentido de lançar uma ponte com mão dupla entre teoria e prática”. Da crítica aos teóricos, parte para as “teorizações acadêmicas” que oscilam entre “a obviedade dos manuais” (que “tratam apenas operativamente da técnica”) e “as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de manipulação” (loc. cit.). Portanto, há aqui outra dicotomia. Recapitulando: a dicotomia que opõe teoria e prática; associada a esta, uma segunda que opõe teóricos e práticos. Entre os teóricos, outra dicotomia, há aqueles que realizam teorizações sobre a operatividade da técnica e os que criticam o jornalismo como forma de manipulação. Portanto,

é possível perceber três tipos de operadores no jornalismo listados por Genro Filho: a) os pragmáticos – que dispensam a teoria e a formação específica; b) os *teóricos da operatividade da técnica* – que podem até defender a teoria e a formação especializada, mas mantêm a explicação no nível da descrição do fazer jornalístico; c) os *teóricos críticos da ideologia* – os que podem até defender a teoria e a formação, mas caracterizam o jornalismo como uma ideologia e uma forma de manipulação¹⁰.

Genro Filho continua a exposição inserindo na discussão um tipo hipotético, um profissional em um impasse quando busca refletir sobre o significado político e social da sua prática. Esse impasse ocorre porque esse profissional não encontra explicações em qualquer das teorizações disponíveis: ou estuda um tema que já domina (caso das teorizações de tipo *b*) ou tem contato com enfoques teóricos “que desprezam as contradições e potencialidades críticas do jornalismo, com as quais ele se depara na prática” (caso das teorizações de tipo *c*).

A situação em que se depara o profissional, na construção ficcional pertinente à trama engendrada por Genro Filho, revela que a “indevida polarização entre ‘teóricos’ e ‘práticos’ corresponde, no fundo, a uma incomunicabilidade real entre as teorizações existentes e a riqueza da prática” (loc. cit.). Aqui há alguns movimentos de argumentação e teorização que devem ser ressaltados. A “polarização torna-se uma expressão” de outra coisa, de algo mais fundamental, da incapacidade da teoria de “expressar racionalmente” a prática. Nota-se que essa *prática* não é mais somente aquela *prática* da primeira dicotomia (de teoria e prática), mas a prática real, em seu potencial, em sua virtude. Nesse aspecto, há um qualitativo dessa *prática*, já que não se converte, na prática dos pragmáticos, aquela fruto da visão que nega a teoria. A polaridade de *teoria* e *prática* (primeira dicotomia) torna-se a *expressão* de um “diálogo, não de surdos, mas de mudos: um não consegue falar ao outro” (Ibid.: 14). Torna-se relevante aqui, seguir a citação para definir a ação da prática real, do profissional que deseja compreender sua ação: “A prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria. Ela apenas insiste, através de suas evidências e contradições, que deve ser ouvida. Mas só pode se expressar racionalmente através da teoria” (loc. cit.). Aqui, Genro Filho expõe a limitação da prática, a necessidade de explicação que advém dela e, como consequência, rechaça a posição dos *pragmáticos*.

Torna-se relevante o uso da figuração em todo o trecho. Primeiramente, a imagem de que entre teoria e prática há um abismo. A transposição desse abismo não simboliza saltar sobre ele, mas descer até o fundamento, e do próprio reconhecimento desse abismo reconstituir o fundamento da relação entre teoria e prática do jornalismo. Trata-se, para o autor, da capacidade de “abis-

10. Essas atribuições são importantes para compararmos com o complexo quadro de relações e interesses no interior dos cursos de Comunicação Social/ Jornalismo em relação à obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do jornalismo, conforme descrito por Roxo da Silva (2007: 163-177).

mar-se como exercício teórico” (Genro Filho, 1987c). Essa figura é usada por Genro Filho (1980) em um artigo chamado *Introdução à crítica ao dogmatismo* e o movimento é justamente o de *refundar* teoria e prática na mobilização política. A primeira dicotomia é superficial, é expressão aparente, quando há a necessidade de aprofundar, de ir ao concreto, da aparência à essência – outro movimento metodológico caro ao marxismo. A segunda figura consiste em um trocadilho com a expressão popular *diálogo de surdos* – em que ninguém quer ouvir o que o outro tem a dizer. O problema para ele é de um “diálogo de mudos”, pois se quer ouvir (o profissional ou a prática refundada), mas não há o que ouvir, pois a teoria não sabe responder.

Assim, com base nessa figuração, Adelmo Genro Filho afirma que a teoria tem maior responsabilidade, pois “está muda em relação às evidências e contradições da prática” (Genro Filho, 1987a: 14). Cabe à teoria “elucidar e direcionar a prática em um sentido crítico e revolucionário” (loc. cit.). Portanto, aqui está a tarefa de uma teoria e, por conseguinte, de uma teoria do jornalismo para Genro Filho. Essa frase, *elucidar e direcionar* a prática, remete a um duplo aspecto. O ato de refletir sobre essa prática, para com essa prática transformá-la e transformar.

Nessa preparação, nessa *encenação* de teoria e prática, baseada em situações reais (a luta de setores do jornalismo pelo fim da obrigatoriedade do diploma), da discussão clássica entre teoria e prática, da demarcação das deficiências das teorizações e da constituição de um tipo hipotético de profissional, ele oferece a sua teoria. Teoria que, depois de uma página de descaracterização de grande parte do que se produz analiticamente sobre o jornalismo até aquele momento (com base em seus argumentos), tem por princípio sanar essa incomunicabilidade. Para isso, oferece aos leitores o objetivo maior do livro.

O objetivo maior do presente trabalho é propor, certamente com limitações, um enfoque teórico capaz de apreender racionalmente tanto as misérias quanto a grandeza da prática que é seu objeto e critério. É a tentativa de iniciar um diálogo, tendo presente que a responsabilidade integral pela iniciativa e pela fecundidade ou não dos conceitos cabe à teoria. (Genro Filho, 1987a: 14)

Relevante tornar a repetir, esse trecho foi escrito exclusivamente para o livro, não passando pelo crivo da banca em Ciências Sociais. Ele é escrito para os colegas de academia e para os profissionais. Para além do reconhecimento ou não do autor – visto que ele não explicita em nenhum texto ou relato –, o livro circunscreve um conjunto de discursos e práticas materializadas em disputas pela formação da profissão, de quem é o jornalista e sobre o que deveria

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

11. Em seu projeto de mestrado, escrito em 1985, Meditsch (2012: 26-27) referencia três dos quatro artigos do “Folhetim” de 1984 para formular o problema de sua pesquisa que tematizou o ensino de jornalismo no Brasil a partir de um estudo de caso do curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFSC. O texto de Meditsch não cita o artigo de Frias Filho, realizando uma dicotomia entre a posição de um intelectual (Karl Kraus) e a de um jornalista (Caio Túlio Costa). Posteriormente, pondera com o comentário crítico de Carlos Eduardo Lins da Silva. Em sua abordagem, Meditsch (2012: 27) recupera o trecho do texto de Lins da Silva de que a prática não consegue se explicar por si mesma, carecendo da teoria. Em entrevista, Meditsch afirmou que não discutiu com Genro Filho o referido “Folhetim” e que não sabe afirmar se Genro Filho teve ou não contato com o caderno.

12. No momento em que Genro Filho publicou *O segredo*, havia cinco programas de pós-graduação em Comunicação no país, na USP, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo e Universidade de Brasília, sendo que a USP detinha a maior produção de teses, dissertações e de livros sobre jornalismo (Pontes, 2009).

ser o jornalismo. Discute e reposiciona os sujeitos da academia e da profissão, ressignificando o papel da academia pela introdução da importância da teoria. Como é possível notar, dialoga com as principais demandas e considerações presentes no texto de Carlos Lins da Silva. De modo direto, trata dos assuntos que atravessam a profissão e que estão cristalizados naquele “Folhetim” de 1984, mesmo que não tenhamos encontrado qualquer documento que comprove a leitura do “Folhetim” por Genro Filho¹¹.

Na periferia das relações culturais, políticas e jornalísticas brasileiras, Genro Filho lançou-se contra a produção do *centro* como um *outsider* – conceitos presentes, sob outro interesse temático, no livro de Casanova (2002). Consideramos, hipoteticamente, que Genro Filho defendeu algumas posições que configuraram *a posteriori* outro circuito de compreensão do que é o jornalismo e de organização acadêmica para esse segmento. A crítica foi dirigida principalmente ao que era produzido pelo centro editorial do país sobre jornalismo, São Paulo, em especial as teorias produzidas pela principal escola de Jornalismo do país, naquele momento o curso de Comunicação Social habilitação em Jornalismo da ECA-USP. Notamos, por exemplo, que os textos de professores brasileiros criticados por Genro Filho em *O segredo da pirâmide* são predominantemente oriundos da ECA: de José Marques de Melo, Cremilda Medina e Ciro Marcondes Filho. Isso já oferece indícios das referências acadêmicas nacionais que enquadraram o debate da teoria proposta¹².

O segredo da pirâmide reúne um conjunto de problemas que permeia a atividade do jornalista, o ensino de jornalismo, a atuação sindical no jornalismo e as empresas jornalísticas. Trata-se de um contexto mais amplo, que inclui questões que tornam possível vislumbrar aspectos da formação da identidade dos profissionais e das características da profissão naquele contexto. Podemos destacar como principais temas daquele momento – e que atravessam o jornalismo e o ensino de jornalismo até hoje – a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão; o papel e as insuficiências das escolas de Comunicação para a formação de jornalistas; a falta de interlocução entre a crítica exercida na academia pelos intelectuais sobre o jornalismo e o que os jornalistas faziam na prática; e a divisão de valor e de poder no interior das redações entre os jornalistas. ■

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
ALBUQUERQUE, A. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 100-115, 2010. Disponível em:

- <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.
- BARTHES, R. A estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 57-67.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 17 out. 2013.
- CASANOVA, P. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- COSTA, C. T. A ingênua disputa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 ago. 1984. Caderno Folhetim, p. 8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. Profissionais da imprensa pedem fim da lei do diploma. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 fev. 1986. Dossiê Folha, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/02/20/2/>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- _____. *O relógio de Pascal*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- DINES, A. *O papel do jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. Alberto Dines. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 68-74.
- FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Bases de um programa nacional de estímulo à qualidade da formação em jornalismo*. Congresso Nacional dos Jornalistas (extraordinário), Vila Velha, FENAJ, 1997. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2--4.pdf>. Acesso em 5 jun. 2004.
- FRANCIS, P. A batalha da imprensa. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 out. 1983. Caderno Ilustrada, p. 27. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1983/10/06/21/>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- FRIAS FILHO, O. Vampiros de papel. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 ago. 1984. Caderno Folhetim, p. 3-4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. Otávio Frias Filho. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 344-382.
- GENRO FILHO, A. Introdução à crítica do dogmatismo. *Teoria e política*, São Paulo, Brasil Debates, v. 1, n. 1, p. 81-95, 1980.

O jornalismo no Brasil e as mediações da produção de *O segredo da pirâmide*

- _____. *Segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987a.
- _____. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987b.
- _____. *Sem título*. Versão em áudio. Palestra proferida no Encontro Regional dos Estudantes da Comunicação (ERECOM). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987c.
- GENTILLI, V. O jornalismo brasileiro entre 1950 e 1980: uma análise a partir do conceito de profissionalidade política. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 1., 2003, Brasília. *Anais...* Brasília, 2003. Disponível em: <www.sbpjor.kamotini.kingghost.net/sbpjor/resumode.php?id=79>. Acesso em: 15 out. 2012.
- LINS DA SILVA, C. E. No meio do caminho: qual o principal obstáculo à melhoria dos cursos de jornalismo do país? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 ago. 1984. Caderno Folhetim, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. São Paulo: Summus, 1985.
- _____. Qualidade de jornal independe de reserva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 fev. 1986. Dossiê da Folha, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1986/02/20/2/>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- _____. *Mil Dias: os bastidores da revolução de um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- _____. *Mil Dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- LIPPMANN, W. *Opinião pública*. São Paulo: Vozes, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: o jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria*. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARQUES DE MELO, J.; FADUL, A.; LINS DA SILVA, C. E. (Orgs.). *Ideologia e poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes; Intercom, 1979.
- MEDITSCH, E. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função da universidade e os obstáculos para sua realização*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MORETZSOHN, S. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira do

- Interior, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>>. Acesso em: 14 set 2012.
- MORIN, E. *A cultura de massa no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PARK, R. E. A história natural do jornal. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 33-50.
- PONTES, F. S. *Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- _____. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- PRECISAMOS atacar os problemas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1984. Linha Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/projeto-1984-3.shtml>>. Acesso em: 4 jun. 2014.
- RIBEIRO, J. C. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'água, 1994.
- ROXO DA SILVA, M. Jornalistas: proletários ou intelectuais? A identidade profissional em debate. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2004, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Intercom, 2004.
- _____. *Jornalistas pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SÁ, A. *O jornalista brasileiro: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- SUZUKI JR., M. O intelectual contra o jornalismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 ago. 1984. Caderno Folhetim, p. 6-7. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/08/05/348/>>. Acesso em: 20 out. 2012.

Artigo recebido em 5 de setembro de 2015 e aprovado em 24 de março de 2016.